

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul)
S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de março de
2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”) em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 6.a e 10, em relação a classificação do ativo financeiro de transmissão nos montantes de R\$ 77.136 mil (R\$ 68.889 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 1.225.973 mil (R\$ 1.223.403 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante, a Companhia em avaliação inicial optou por manter o valor do principal ativo que é o contas a receber do ativo financeiro, parcela que será retornada através da RAP, mensurado ao custo amortizado e a parcela do valor residual mensurada ao valor justo, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. A Companhia aguarda uma definição dos órgãos reguladores sobre o assunto para que possa mensurar os eventuais impactos sobre suas demonstrações financeiras, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Chamamos a atenção para o fato que não revisamos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e qualquer nota explicativa relacionada relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente e, conseqüentemente, não emitimos uma conclusão sobre elas.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.499	34.364
Contas a receber	8	9.492	6.126
Impostos a recuperar	9	969	1.125
Ativo financeiro	10	77.136	68.889
Outros ativos		3.935	3.081
Total do ativo circulante		121.031	113.585
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	11	15.885	16.678
Ativo financeiro	10	1.225.973	1.223.403
Imobilizado		56	67
Intangível		95	95
Total do ativo não circulante		1.242.009	1.240.243
Total do ativo		1.363.040	1.353.828
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	8.800	8.291
Impostos e contribuições sociais	13	5.064	2.481
Empréstimos e financiamentos	14	32.155	32.627
Salários e encargos		328	257
Dividendos a pagar	16.c	23.554	23.555
Encargos setoriais		525	526
Outros passivos		3.971	4.082
Total do passivo circulante		74.397	71.819
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	381.950	388.806
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	46.228	39.487
Total do passivo não circulante		428.178	428.293
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	803.832	803.832
Reserva legal	16.b	3.271	3.271
Dividendos adicionais propostos	16.c	46.613	46.613
Lucro acumulado		6.749	-
Total do patrimônio líquido		860.465	853.716
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.363.040	1.353.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Receita operacional líquida	17	30.544	44.286
Custo de construção	18	(560)	(8.722)
Gastos operacionais		(770)	(2.100)
Despesas de operação e manutenção - O&M		(2.536)	(721)
Lucro bruto		26.678	32.743
Despesas operacionais			
Pessoal		(649)	(988)
Serviços de terceiros		(855)	(454)
Outras despesas/ receitas operacionais		484	(80)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		25.658	31.221
Receitas financeiras	19	674	593
Despesas financeiras	19	(9.124)	(9.438)
Despesas financeiras líquidas		(8.450)	(8.845)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.208	22.376
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(3.621)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(6.838)	(5.397)
Lucro líquido do exercício		6.749	16.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Lucro líquido do exercício	6.749	16.979
Total de resultado abrangente do exercício	<u>6.749</u>	<u>16.979</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				Total
	Capital Social	Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos Adicionais propostos	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	803.832	681	-	9.712	814.225
Lucro líquido do período	-	-	16.979	-	16.979
Saldos em 31 de março de 2017 (Não revisado)	803.832	681	16.979	9.712	831.204
Saldos em 31 de dezembro de 2017	803.832	3.271	-	46.613	853.716
Lucro líquido do período	-	-	6.749	-	6.749
Saldos em 31 de março de 2018	803.832	3.271	6.749	46.613	860.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	17.208	22.377
Ajuste para:		
Remuneração do ativo financeiro	(10.257)	(13.719)
Depreciação	11	14
Juros de empréstimos	9.043	9.093
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(3.366)	230
Impostos a recuperar	156	639
Outros ativos	(854)	985
Fornecedores	509	(1.118)
Impostos e contribuições sociais	(1.136)	708
Salários e encargos	71	27
Encargos setoriais	-	690
Outros passivos	(111)	(7)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	11.274	19.919
Pagamento de empréstimo - juros	(8.339)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	2.935	19.919
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	793	-
Ativo financeiro	(561)	(8.722)
Intangível	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos	232	(8.728)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(8.032)	(9.662)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(8.032)	(9.662)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.865)	1.529
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	34.364	16.284
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	29.499	17.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação técnica ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;

Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da Receita Anual Permitida (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em Contrato de Concessão.

Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondão II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu a RAP em R\$ 89.858 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 (R\$99.373 para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017), neste ciclo, conforme estabelecido pela Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL, foi realizada a revisão da RAP “revisão tarifária”, e seus percentuais de ajuste definidos através da Resolução Homologatória nº 2.257.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação e elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias para o primeiro trimestre de 2018 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estão mantidas as mesmas práticas contábeis, salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados à adoção da CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, que estão descritas no item b desta nota.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo financeiro e remuneração do ativo financeiro

A Companhia mensura o Ativo Financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo Financeiro do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo Financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo Financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo Financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

6 Normas e interpretações efetivas a partir de 01 de janeiro de 2018

Uma série de novas normas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

g. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

- A Companhia analisou este pronunciamento e optou por manter o valor do principal ativo que é o contas a receber do Ativo Financeiro avaliado ao custo amortizado, a parcela que será retornada através da RAP e a parcela do valor residual ao Valor Justo, contudo a Companhia aguarda uma definição final dos órgãos regulatórios do setor de energia elétrica e contábil.

h. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A Companhia passou a adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia passou a utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não foram reapresentados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos conta movimento	5.836	3.065
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	23.663	31.299
	<u>29.499</u>	<u>34.364</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 100 dias	164	26
Vencidos de 51 a 100 dias	18	1
Vencidos até 50 dias	95	58
A vencer	<u>9.215</u>	<u>6.041</u>
	<u>9.492</u>	<u>6.126</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Impostos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	68	274
Imposto de renda sobre faturamento	52	224
CSLL sobre faturamento	24	143
Imposto de renda saldo negativo	600	119
Pis/Cofins a compensar	<u>225</u>	<u>365</u>
	<u>969</u>	<u>1.125</u>

10 Ativo financeiro

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/03/2018
Ativo financeiro	<u>1.292.292</u>	<u>560</u>	<u>24.461</u>	<u>(14.204)</u>	<u>1.303.109</u>
Circulante	68.889	-	-	-	77.136
Não circulante	1.223.403	-	-	-	1.225.973

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
Ativo financeiro	<u>1.215.942</u>	<u>22.783</u>	<u>113.871</u>	<u>(60.304)</u>	<u>1.292.292</u>
Circulante	76.536	-	-	-	68.889
Não circulante	1.139.406	-	-	-	1.223.403

11 Títulos e valores mobiliários

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	504	-
China Epri Science & Technology Co.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	441	441
Outros	278	273
	<u>8.800</u>	<u>8.291</u>

13 Impostos e contribuições sociais

	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido na fonte	2.301	466
Contribuição social	918	251
Pis/Cofins/Csll	77	77
Pis/Pasep	103	96
Cofins	478	443
INSS retido a recolher	987	938
ISS	200	210
	<u>5.064</u>	<u>2.481</u>

14 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/03/2018
BNDES - SUBCRÉDITO A	404.394	-	8.692	(8.017)	(7.707)	397.362
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.039	-	351	(322)	(325)	16.743
	<u>421.433</u>	<u>-</u>	<u>9.043</u>	<u>(8.339)</u>	<u>(8.032)</u>	<u>414.105</u>
	31/12/2016	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2017
BNDES - SUBCRÉDITO A	370.534	51.638	35.454	(27.804)	(25.428)	404.394
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.921	-	1.541	(1.239)	(1.184)	17.039
	<u>388.455</u>	<u>51.638</u>	<u>36.995</u>	<u>(29.043)</u>	<u>(26.612)</u>	<u>421.433</u>

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	32.155	32.627
Não circulante	<u>381.950</u>	<u>388.806</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos.

O montante apurado será capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de julho de 2018.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Em 31 de março de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	23.530	31.374	31.374	31.374	248.876	366.528
BNDES Subcrédito B	992	1.322	1.322	1.322	10.464	15.422
	<u>24.522</u>	<u>32.696</u>	<u>32.696</u>	<u>32.696</u>	<u>259.340</u>	<u>381.950</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	30.787	30.787	30.787	30.787	249.916	373.064
BNDES Subcrédito B	1.297	1.297	1.297	1.297	10.554	15.742
	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>260.470</u>	<u>388.806</u>

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo financeiro.

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
Imposto de renda diferido	87.673	81.829
Imposto de renda corrente	1.863	-
Contribuição social diferido	33.073	32.078
Contribuição social corrente	672	-
	<u>123.281</u>	<u>113.907</u>
Ativo		
Imposto de renda	54.775	54.703
Contribuição social	19.743	19.717
	<u>74.518</u>	<u>74.420</u>
Líquido	<u>46.228</u>	<u>39.487</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/03/2018	31/03/2017 (Não Revisado)
Imposto de renda diferido Passivo	(5.047)	(5.775)
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	-	(869)
Imposto de renda corrente	<u>(2.661)</u>	<u>-</u>
	<u>(7.708)</u>	<u>(6.644)</u>
Contribuição social diferido Passivo	(1.791)	659
Contribuição social diferido sobre base negativa	-	588
Contribuição social corrente	<u>(960)</u>	<u>-</u>
	<u>(2.751)</u>	<u>1.247</u>
Imposto líquido no resultado	<u><u>(10.459)</u></u>	<u><u>(5.397)</u></u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 803.832 dividido em 803.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/03/2018 e 31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>393.877.828</u>
	<u><u>803.832.303</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2018, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

17 Receita operacional líquida

	31/03/2018	31/03/2017 (Não Revisado)
Receita de construção	560	8.722
Remuneração do ativo financeiro	24.461	32.718
Receita de operação e manutenção	8.046	5.829
	<hr/>	<hr/>
Receita operacional bruta	33.067	47.269
	<hr/>	<hr/>
Deduções da receita operacional		
Encargos setoriais	(410)	(815)
PIS	(377)	(387)
COFINS	(1.736)	(1.781)
	<hr/>	<hr/>
Receita operacional líquida	30.544	44.286
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

18 Custo de construção

	31/03/2018	31/03/2017 (Não Revisado)
Edificações obra civil e benfeitorias	-	(4.761)
Máquinas e equipamentos	(560)	(1.747)
Pessoal	-	(555)
Materiais	-	(72)
Serviços de terceiros	-	(810)
Arrendamentos e aluguéis	-	(208)
Seguros	-	(677)
Adiantamento a fornecedores	-	398
Servídoes	-	(209)
Outros	-	(81)
	<hr/>	<hr/>
	(560)	(8.722)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

19 Receitas e (despesas) financeiras

	31/03/2018	31/03/2017 (Não Revisado)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	686	579
Variações monetárias	16	42
Outras receitas financeiras	5	-
Pis	(5)	(4)
Cofins	(28)	(24)
	<hr/>	<hr/>
	674	593
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(9.043)	(9.093)
Juros e multas	(13)	(53)
Outras despesas financeiras	(68)	(292)
	<hr/>	<hr/>
	(9.124)	(9.438)
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras líquidas	(8.450)	(8.845)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de março de 2018 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 257 (R\$ 175 em 31 de março de 2017).

20.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/03/2018	31/03/2017 (Não Revisado)
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	195	22
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	<u>4.380</u>	<u>2.527</u>
			<u>4.575</u>	<u>2.549</u>

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	29.499	34.364
Ativo financeiro	1.,303.109	1.292.292
Títulos e valores mobiliários	15.885	16.678
	1.348.493	1.343.334

- **Títulos e valores mobiliários** - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDB-DI	23.663	31.299
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	15.885	16.678

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	39.548	Queda da taxa CDI	2.167	1.625	1.084
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			5,48%	4,11%	2,74%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 5,48% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	414.105	Alta da taxa TJLP	27.952	34.940	41.804

Referência para passivos financeiros:	Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	6,75%	8,4375%	10,095%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6.75%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro

Categoria

Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e recebíveis

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado
Custo amortizado

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Início	Vigência Fim	Importância segurada	Apólice
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	31/12/2018	30/04/2018	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Risco de Engenharia	01/09/2013	28/02/2018	R\$ 60.000	519.000144
Riscos Operacionais	27/12/2018	27/12/2018	R\$ 150.000	984000172
Responsabilidade Civil	27/12/2018	27/12/2018	R\$ 10.000	0466920181005100002417